

Os interesses de Portugal no contexto das relações União Europeia – Mercosul

Messias de Sá Pinto*

RESUMO

Antes de ser Estado-membro da União Europeia (UE) Portugal não tinha relações comerciais nem investimentos significativos nos países da América Latina. Com a adesão de Portugal e Espanha, as relações entre a UE e o Mercosul tornaram-se mais fortes. Em 1995 foram iniciadas negociações entre a UE e o Mercosul com vista à criação de uma área de comércio livre entre os dois blocos. O Mercosul tinha passado a constituir uma zona de interesse estratégico tanto para a UE como para Portugal. Para a UE, o Mercosul representa um dos seus maiores mercados de exportação e o destino de investimentos significativos. Um acordo com o Mercosul seria determinante para o aumento da influência política e económica da UE naquela região e mostraria o interesse da UE em manter os seus fluxos de comércio e de investimento. O mesmo acordo garantiria os investimentos portugueses no Brasil e na Argentina e permitiria novos fluxos de comércio e de investimentos nos referidos países.

Palavras-chave: Negociações, livre-comércio, Portugal, União Europeia, Mercosul

ABSTRACT

Portugal had few flows of trade and investment with Latin-america countries before belonging to the European Union (EU). After the adhesion of

* Doutor em Ciências Económicas, docente a tempo parcial da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa. Publicou vários trabalhos em revistas nacionais e estrangeiras sobre comércio internacional, integração económica internacional e investimento internacional, abrangendo as realidades da Europa, Ásia e América Latina.

Contacto: messiasp@ufp.pt

Portugal and Spain to the EU, the economic relations between EU and Mercosul became stronger. In 1995, the negotiating process between the EU and Mercosul started in order to establish a free trade area. Mercosul has become an area of strategic interest both to the EU and Portugal. For the EU, Mercosul represents one of its biggest export markets and the destination of important investments. An agreement with Mercosul could be determinant to increase the political and economic influence of the UE in the region and would denote EU interest in maintaining its flows of trade and investment. That agreement would give a guarantee to the Portuguese investments in Brasil and in Argentina and would allow new flows of trade and investment in those countries.

Key-words: Negotiations, free-trade, Portugal, European Union, Mercosul

1. Breves considerações sobre Portugal antes da adesão à Comunidade Económica Europeia

Depois de ter conquistado o território aos mouros e assinado a paz com o rei de Leão em 1297, pelo Tratado de Alcanizes, Portugal ficou com as suas fronteiras europeias perfeitamente definidas. Não se podendo mais expandir por terra, devido ao poderoso e único vizinho a Norte e a Leste, a alternativa era, e foi, utilizar a via marítima para descobrir terras para lá do mar. Foi então que o Infante D. Henrique, filho do rei D. João I, desde a ponta de Sagres, a Sul do país, deu início às viagens marítimas em busca das terras que se dizia possuírem grandes riquezas. Essa aventura, onde a bravura e os obstáculos se confrontaram vezes sem conta, constituiu a epopeia que o célebre poeta Luís de Camões cantou no seu livro “Os Lusíadas” (1556). Entre 1450 e 1500, os portugueses contornaram toda a África, alcançaram os Açores, depois o continente americano

e realizaram, de uma só vez, a globalização dos transportes e das comunicações marítimas, assegurando ao Ocidente uma hegemonia mundial, que ainda hoje perdura (Palmeira 2006).

A partir do século XV e atingindo a sua maior expressão no século XVI, os portugueses construíram, pela primeira vez no mundo, um fabuloso império marítimo desde a costa Oeste da África até ao Oceano Índico, elaborando um sistema de exploração moderno, fundado na acumulação e gestão de toda a informação e conhecimento disponíveis na época, assim como o saber-fazer necessário a tal epopeia, designadamente no âmbito da cartografia, navegação, construção naval, etc. (Gago 2004). Com a descoberta do caminho marítimo para a Índia no século XV e as viagens que se lhe seguiram, principalmente a partir do século XVI, uma grande parte do comércio mundial passou pelas mãos dos portugueses, fazendo cessar o monopólio do comércio de especiarias, panos de seda e pedras preciosas, e outros produtos, que era então realizado entre as repúblicas italianas e o Extremo Oriente, através do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico. Pode afirmar-se, por conseguinte, que Portugal foi o precursor do primeiro movimento de globalização, no século XVI.

A seguir à Segunda Guerra Mundial, o mundo assistiu a uma vaga de descolonizações empreendida por países europeus então colonizadores, do que resultou o aparecimento de muitos novos países na cena internacional. Portugal não acompanhou esse movimento descolonizador, argumentando que era um país enquadrado numa especificidade multicultural. Contudo, tal especificidade

nunca foi reconhecida pelas instituições internacionais, nem mesmo por parte dos autóctones que, em 1961, iniciaram processos de guerrilha em Angola, Moçambique e Guiné. Tal política levou a que Portugal se auto isolasse do mundo, situação que só veio a ser parcialmente quebrada a partir da sua entrada para a Associação Europeia do Comércio Livre (EFTA), em 1960, um bloco económico que pretendia ser uma alternativa à já então forte e coesa Comunidade Económica Europeia, que havia sido criada em 1957.

A revolução de 1974²⁵, levada a cabo por um grupo de militares que estavam descontentes e cansados da guerra nas colónias, com a qual não concordavam, teve a imediata adesão do povo e aconteceu numa altura em que o mundo Ocidental se encontrava mergulhado na primeira crise petrolífera de 1973. Se a referida crise já afectava negativamente as finanças públicas portuguesas, a revolução veio agravar a situação. No tocante às consequências da revolução, interessa referir que Portugal passou por um período conturbado que pode ser caracterizado (1) por um acentuado desequilíbrio orçamental, (2) pelo crescimento desmesurado do sector público, (3) pelo crescimento da dívida pública e (4) pela deterioração acentuada da máquina administrativa e financeira.

25 Também conhecida por “Revolução dos Cravos” em virtude de ter sido festejada pelo povo que ofereceu cravos aos soldados revoltosos, os quais introduziram tal flor no cano das espingardas.

2. O efeito da adesão de Portugal e da Espanha nas relações da CEE/UE com o Mercosul

O pedido de adesão de Portugal à CEE e a sua posterior efectivação em 1986 serviu de travão ao descalabro político, social, económico e financeiro do país. Logo na segunda metade dos anos 80 foram reduzidos os desequilíbrios do sector público e a taxa de inflação, através de reformas financeiras de natureza fiscal, da privatização de pequenas e médias empresas e da devolução da maior parte das terras que haviam sido nacionalizadas com a Reforma Agrária de 1974-1976 (Franco 2002). Uma outra decorrência da adesão de Portugal à CEE, foram as trocas comerciais portuguesas com o exterior que, nos anos 90, funcionaram como o motor do crescimento económico, principalmente até à primeira metade da década, não obstante Portugal ser um país pequeno, sem grandes recursos naturais e com a sua economia aberta. Relativamente aos últimos anos, a evolução das trocas de Portugal com o resto do mundo pode ser aquilatada através da análise do quadro I.

Quadro I

Evolução do comércio internacional português
entre 2001 e 2005 (Milhões de euros)

	2001	2002	2003	2004	2005
Exportações	26.918	27.398	28.092	29.870	30.653
Importações	44.094	42.466	41.754	46.598	49.146
Taxa de cobertura (%)	61,1	64,5	67,3	64,1	62,4

Fonte: INE (Instituto Nacional de Estatística)

Apesar do crescimento sustentado das exportações portuguesas durante o período considerado, as quais passaram de 26.918 milhões de euros em 2001 para 30.653 milhões em 2005, correspondente a um acréscimo de 14%, e das importações não apresentarem um aumento consistente, verifica-se que a taxa de cobertura continua próximo dos 64%. Tal facto significa que Portugal precisa de exportar muito mais para atenuar o défice crónico da sua balança comercial. Antes de Portugal aderir à CEE, o seu comércio internacional concentrava-se, em grande medida, nos países europeus. Actualmente, as trocas estão direccionadas para os países da OCDE, continuando os países europeus comunitários a ser os principais parceiros comerciais de Portugal.

No respeitante ao Investimento Directo Estrangeiro (IDE), o desempenho de Portugal tem sido significativo, à sua escala, tanto como país receptor como país investidor. Segundo Pinto (2004), o IDE pode ser entendido como a transferência, com carácter de permanência, de um país para outro, dito acolhedor, de um conjunto de activos e produtos intermediários, designadamente capital financeiro, tecnologia, know-how, técnicas de gestão, liderança, etc., tendo em vista o exercício de uma actividade nesse país, seja através da criação de novas empresas ou ampliação das já existentes, seja pela criação de *joint-ventures*, compra ou fusão de empresas.

Verifica-se que, na maioria dos casos, o IDE tem efeitos benéficos nos países acolhedores ao nível do desenvolvimento económico e do bem-estar, razões pelas quais é muito disputado pela generalidade dos países. Tradicionalmente Portugal é um país

receptor de investimento estrangeiro. Com efeito, até à primeira metade da década de noventa, o investimento estrangeiro em Portugal superou largamente o investimento português no exterior. A partir de 2000 aquela situação manteve-se, mas o investimento de Portugal no exterior (IDPE) acompanhou o aumento verificado das entradas em Portugal, pelo que o saldo positivo entre as entradas e as saídas de investimentos, apesar de significativo, reflecte tal alteração quantitativa (Quadro II).

Quadro II

Evolução do IDE em Portugal e de Portugal no exterior 1997-2005 (Milhões de euros)

	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Entradas	7.952	13.631	26.595	27.866	21.707	32.224	27.028	23.861
Saídas	2.245	10.205	14.002	13.364	11.012	11.379	12.340	5.214
Saldo	5.507	3.426	12.593	14.502	10.695	20.845	14.688	18.647

Fonte: Banco de Portugal

A atractividade do IDE por Portugal pode ser aferida pela análise do quadro II, através do qual também é possível verificar um acentuado crescimento desde 1997 (ano referência), quando o montante de entradas foi de 7.952 milhões de euros, até 2003, ano em que atingiu o pico, com 32.224 milhões. A quebra do valor do IDE em 2002 e o abrandamento verificado a partir de 2004 podem significar a perda de atractividade de Portugal, ou, dizendo de outra forma, Portugal passou a pagar a factura de uma política desadequada de captação e retenção de investimento directo estrangeiro. Com

efeito, se há pouco mais de 30 anos Portugal ganhou a mobilidade do IDE, quando era o país-membro da Associação Europeia de Comércio Livre com a mão-de-obra mais barata, nos últimos anos tem-se assistido à saída de muitas empresas multinacionais para países com mão-de-obra mais barata ou mais qualificada, ou para junto de pólos de investigação e conhecimento técnico e onde possa haver mais interacção com os clientes e com os fornecedores.

Com referência a 2005, os países que mais investiram em Portugal foram a Alemanha com 4.399 milhões de euros, seguida dos Países Baixos (3.967 milhões), do Reino Unido (3.807 milhões), da França (3.552 milhões) e da Espanha (3.289 milhões). Os sectores de actividade portugueses preferidos pelo IDE em 2005 foram a indústria transformadora (33% do total do IDE), o comércio, alojamento e restauração (30%) e as actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas (22%). No que respeita ao Investimento Directo de Portugal no Exterior (Quadro II), ao passar de 2.245 milhões de euros em 1997 para 14.002 milhões em 2000, ano em que atingiu o seu máximo, o investimento português no exterior deu um salto quantitativo muito expressivo, correspondendo a mais de seis vezes o montante investido no ano referência. Ligados a tal facto estão os investimentos efectuados na América Latina, designadamente no Brasil.

A partir de tal data os investimentos portugueses mantiveram o mesmo ritmo, apesar da quebra que ocorreu no ano 2005, em que a redução foi superior a 42%, se comparada com o montante do ano anterior. Até 1990 o IDPE teve como destinos preferenciais a Europa e os EUA, no primeiro caso com destaque para o Reino Unido, a Espanha e a França. Entre 1991 e 1995, a Es-

panha foi o país de destino preferido do investidor português, representando mais de 40% do respectivo total. Tal facto deve-se a dois motivos principais: o primeiro foi a descoberta, por parte das empresas portuguesas, das potencialidades do país vizinho, o qual permaneceu ignorado durante muitos anos. O segundo deveu-se à proximidade geográfica, às afinidades culturais e à implantação de muitas empresas espanholas no território português, o que tornou mais fácil o intercâmbio. A partir de 1996 assistiu-se a uma alteração da tendência, traduzida por uma maior dispersão geográfica de destinos, com as preferências pelos parceiros comunitários a baixar de 80% em 1995 para 46% em 2000. Foi então que os investimentos portugueses rumaram a outras paragens, com destaque para o Brasil, conforme se refere no ponto seguinte.

2.1. As negociações UE-Mercosul com vista à criação de uma área de comércio livre

As relações formais entre a Europa Comunitária e os países da América Latina iniciaram-se logo que entraram em funcionamento as instituições da Comunidade Económica Europeia em 1958, altura em que os Estados-membros entenderam por conveniente promover e desenvolver as relações comerciais e económicas com os países daquela região. Essas relações levaram a que a Comunidade Europeia apoiasse os processos de integração regional latino-americanos e celebrasse acordos de cooperação com os agrupamentos regionais então existentes naquela região. Relativamente ao Mercosul, a União Europeia, principalmente através

da sua Comissão, tem apoiado e mantido um diálogo permanente com este agrupamento regional. Assim, em 1992, em Guimarães, a Comissão Europeia e o Mercosul assinaram um Acordo de Cooperação Inter-Institucional com vista ao fornecimento de apoio técnico. Nessa altura, o Mercosul ainda se encontrava no primeiro ano da sua existência.

Mais tarde, em Dezembro de 1995, em Madrid, a UE e o Mercosul assinaram o “Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação” como primeiro passo para a criação de uma futura associação inter-regional entre os dois agrupamentos, cujo pilar básico era a implementação de um programa de liberalização progressiva dos fluxos comerciais recíprocos (Artigo 4º do Acordo). Os objetivos do acordo assentaram em três pilares fundamentais: diálogo político, cooperação, e comércio e investimentos. Na sua vertente comercial funcionou como lançamento das bases para a criação de uma área de comércio livre entre os dois blocos regionais de comércio. A intensificação das relações de cooperação e comércio entre a União Europeia e o Mercosul, e com a América Latina em geral, só começaram a ter expressão após a adesão de Portugal e Espanha à Comunidade. Com efeito, a partir de 1986, a UE passou a incluir países que partilhavam profundas raízes históricas, culturais e políticas com a generalidade dos povos latino-americanos, com os quais haviam criado fortes laços de identidade e solidariedade. Cedo a UE se apercebeu que a cooperação com a América Latina e com o Mercosul em particular tornaria mais fácil a troca de experiências e a conjugação de esforços para a resolução de problemas comuns.

No que concerne especificamente ao acordo de comércio livre com o Mercosul, tal também permitiria a criação de uma aliança estratégica de natureza política, económica e social entre as regiões que partilham de interesses semelhantes e serviria de reforço mútuo no enfrentar da liberalização que continuava em aprofundamento no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

2.2. As condicionantes do acordo UE-Mercosul

No âmbito do referido Acordo-Quadro, foram várias as negociações realizadas entre a UE e o Mercosul com vista à criação da área de comércio livre. Desde 11 de Junho de 1996, data da primeira reunião entre a Comissão Mista UE-Mercosul, já foram realizadas mais de dezena e meia de reuniões e Cimeiras de Presidentes, sem que se tenha ainda atingido o acordo final. A partir de cada uma das derradeiras negociações ficava-se com a impressão de que o acordo final para a criação da área de comércio livre estava eminente. Mas, no ciclo seguinte, verificava-se que alguns temas voltavam à mesa das negociações, quando o acordo parecia já ter sido alcançado em tais assuntos.

Desde o início que a Política Agrícola Comum (PAC), da UE tem actuado como uma forte condicionante à realização do acordo e justifica parcialmente o moroso processo de negociações. Por via disso, a reforma da PAC tornou-se imperiosa para garantir tal acordo, uma vez que as maiores vantagens comparativas dos países do Mercosul se situam ao nível dos produtos agrícolas e agro-pe-

cuários. Todavia, a PAC foi uma das maiores apostas da CEE após a sua constituição e dela dependem muitos agricultores comunitários. Acresce que se trata de uma política deveras importante para a Comunidade e a ela estão intimamente ligadas produções agrícolas e agro-pecuárias, que dificilmente poderia competir no mercado global sem subsídios. Uma outra condicionante da ultimação do acordo UE-Mercosul está nas negociações de Doha, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, onde o problema dos subsídios agrícolas e o do acesso a mercados fundamentais são questões importantes da respectiva agenda, pelo que ambas as partes preferem esperar pela conclusão dessas negociações, uma vez que delas podem resultar as soluções de problemas ainda em aberto entre os dois blocos regionais.

Assim, pode inferir-se que as negociações entre a União Europeia e o Mercosul conducentes à assinatura do acordo de comércio livre estão fortemente dependentes da conclusão da Ronda de Doha. Tem também servido de entrave à ultimação das negociações UE-Mercosul o projecto para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), cuja conclusão parece ainda distante, em parte devido à política levada a cabo pelo presidente Bush dos EUA, que tem hostilizado e dividido alguns países latino-americanos. De notar que o projecto ALCA pretende abranger todos os países das Américas do Norte, Central e Sul, excepto Cuba e que foi lançado em 1994 como um prolongamento do NAFTA para neutralizar o Mercosul e criar espaço para as empresas americanas exercerem a sua actividade sem grande concorrência. Esta observação permite perceber a razão pela qual aos EUA não interessa o estabelecimento de uma área de comércio livre entre a União Europeia e o Mercosul.

3. As relações entre Portugal e o Mercosul depois da adesão de Portugal à CEE/UE

A adesão de Portugal à CEE impôs maior contacto do país com o exterior, primeiro com os parceiros comunitários devido à livre circulação de factores de produção e depois com os restantes países, especialmente a partir do momento em que o efeito globalização se tornou mais sentido. O relacionamento afectivo com o Brasil e outros países do Mercosul constituiu uma realidade desde sempre, e o facto de existirem afinidades culturais, linguísticas e históricas serviu de meio ao bom relacionamento político, social e económico, embora neste caso pouco expressivo até certo momento. A adesão de Portugal à CEE, juntamente com Espanha, que também se encontrava em condições semelhantes no tocante ao relacionamento com os países latino-americanos, acabaria por servir de impulso ao intercâmbio entre os dois países ibéricos e os países latino-americanos, incluindo os do Mercosul.

Posteriormente, a privatização de sectores da economia de alguns países do Mercosul também contribuiu para o incremento das relações económicas entre os países ibéricos e os países do cone Sul. No que respeita especificamente a Portugal dir-se-á que Portugal “redescobriu” o Brasil, com quem passou a ter mais comércio e onde passou a realizar investimentos de forma consistente. O alargamento das relações económicas aos outros parceiros do agrupamento processou-se naturalmente, assumindo maior expressão no caso da Argentina, conforme se refere no ponto seguinte.

3.1. O aumento do comércio e do investimento português no Mercosul

No que tange ao intercâmbio entre Portugal e os países do Cone Sul da América Latina, deve salientar-se que os interesses portugueses no Mercosul não decorrem apenas do facto de se tratar de um Estado membro da União Europeia. Portugal sempre manteve relações estreitas, principalmente com o Brasil. E a razão das trocas comerciais e dos investimentos não terem assumido maior relevo no passado, apenas se deve a condicionamentos de política económica entretanto esbatidos com a adesão de Portugal à CEE e ao facto dos sectores económicos brasileiros terem estado durante muito tempo sob o domínio estatal. A partir do momento em que se verificou a abertura dos sectores brasileiros à iniciativa privada, Portugal passou a canalizar parte dos seus investimentos externos para a América do Sul, predominantemente para o Brasil e para a Argentina. Em termos de investimento directo, o nosso país tem feito um enorme esforço de afirmação e presença, denotando capacidade de internacionalização e organização até então desconhecidas no Brasil.

Considerando embora a circunstância dos empresários portugueses terem aproveitado as oportunidades decorrentes da criação do Mercosul e da privatização de alguns sectores da economia brasileira, é notória a sua preferência pelo Brasil relativamente à Argentina, não só pelas afinidades já referidas, mas também pelas potencialidades e dimensão do mercado. A orientação dos investimentos portugueses para o Brasil deve-se, então, às referidas oportu-

tunidades de negócio, às afinidades e aos muitos laços familiares que ainda persistem entre as populações dos dois países. Por isso se considera que o Brasil constitui um mercado de permanência e com grandes potencialidades para alguns grupos económicos portugueses. Por outro lado, às vantagens decorrentes da dimensão do mercado brasileiro, acresce o facto de haver empresas portuguesas possuidoras de vantagens comparativas em sectores como o da energia e das telecomunicações

Quadro III

Investimentos de Portugal no Mercosul
(em milhares de euros)

Países	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Brasil	278.183	616.314	4.326.526	3.395.153	3.524.883	1.073.726
Argentina	215	6.272	7.902	11.854	4.484	n/d

Fonte: Banco de Portugal

Os montantes constantes do quadro III mostram como foi significativa a evolução dos investimentos nos dois principais países do Mercosul. No caso específico do Brasil, o esforço foi grande até ao ano 2000, tendo atingido o seu pico em 1998, ano em que o valor envolvido (3.692.256 milhares de euros) foi superior em treze vezes ao realizado em 1996 (278.183 milhares) e seis vezes ao de 1997. Naquele ano de 1998, Portugal foi considerado o 4º maior país investidor no Brasil. O valor mais modesto dos investimentos realizados nos anos seguintes reflecte não só a incapacidade

de Portugal para manter tais níveis de investimento, mas também a necessidade da respectiva consolidação e ainda a crise por que passaram os mercados da região. Os investimentos realizados na Argentina têm menor expressão, mas têm a particularidade de terem acompanhado a evolução positiva verificada com o Brasil.

De salientar que os empresários portugueses continuam confiantes nos investimentos realizados no Brasil e na Argentina, pese embora a crise por que este país passou, não sendo de excluir o seu reforço e o investimento em novos sectores. Não tendo sido possível aceder atempadamente aos dados sobre as trocas comerciais realizadas entre Portugal e o Mercosul nos últimos anos, o quadro IV mostra o volume de negócios realizados entre Portugal e o Brasil no período compreendido entre 1998 e 2004, por se tratar do maior país do referido agrupamento.

Quadro IV

Evolução do comércio português com o Brasil (1998-2004) (Milhões de euros)

	1998	1999	2000	2003	2004
Exportações	199.189	136.401	196.923	129.007	154.570
Importações	462.738	368.086	479.444	600.607	854.530
Taxa de cobertura (%)	43,0	37,1	41,1	21,5	18,1

Fonte: Banco de Portugal

No respeitante às exportações de Portugal para o Brasil, não se tem verificado grandes oscilações, apesar do aumento do ano 2000, logo seguido de um decréscimo em 2003. Se se comparar as

exportações do princípio do período considerado (199.189 milhões de euros), com o do final (154.570 milhões), verifica-se uma forte quebra de mais de 22%, situação que deve merecer adequada reflexão. As importações de bens do Brasil, ao contrário do que acontece com as exportações portuguesas, apresentam um crescimento sustentado, sendo pouco significativa a quebra ocorrida em 1999. O aumento das importações portuguesas, ao passar de 462.738 milhões de euros em 1998, para 854.530 milhões em 2004, corresponde a um aumento de 85%, o que é de algum modo assinalável e mostra a preferência dos portugueses por produtos brasileiros e também a capacidade exportadora daquele país. Decorrente do constante e acentuado saldo negativo da balança comercial entre Portugal e o Brasil, a taxa de cobertura das importações está longe de atingir, pelo menos, os 50%, situação que não deve ser ignorada, se se pretende atenuar tal diferencial.

3.2. Razões que justificam a intensificação das relações comerciais

A intensificação das relações comerciais entre o Mercosul, a União Europeia e entre tal agrupamento e Portugal justificam-se por um conjunto de razões, que constituem uma teia de interesses que devem ser salvaguardados. Para o Mercosul, a intensificação de tais relações com a União Europeia funcionam como um suporte à sua continuidade e fortalecimento, não apenas no que tange às negociações para a criação da ALCA e salvaguarda dos mercados

do Cone Sul, mas também como afirmação de verdadeiro *player* no sistema internacional.

Para a União Europeia, o prosseguimento e conclusão das negociações para a criação de uma área de comércio livre entre os dois blocos, constitui não só o garante dos investimentos comunitários realizados e a realizar naquela zona, mas também permite equilibrar o poder dos EUA na América Latina, bem como o silencioso apetite expansionista da China. No respeitante a Portugal, interessa manter, consolidar e ampliar todas as formas de cooperação já existentes com os países do Mercosul, com particular relevo para os aspectos de natureza económica no Brasil e na Argentina, onde os investimentos realizados e em realização têm assumido importância crescente. Estes países têm servido para algumas empresas portuguesas ganharem dimensão e promover inovações, características que as colocam em posição de melhor resistirem à sua absorção por empresas estrangeiras maiores.

Bibliografia

- FRANCO, António L. Sousa (2002): “Finanças Públicas e Direito Financeiro”, Vol. I, 4^a Ed., Almedina. Coimbra.
- GAGO, Carlos Corrêa e tal (2004): “Internacionalização das Empresas Portuguesas. 30 Casos de Referência: Desafios”. Associação Industrial Portuguesa. Lisboa.
- PALMEIRA, José (2006): “O Poder de Portugal nas Relações Internacionais”, Prefácio. Lisboa.
- PINTO, Messias Sá (2004): “A Área de Livre Comércio das Américas e os Interesses da União Europeia na América Latina”. Tese de doutoramento apresentada na Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Icep Portugal (2007): Macroeconomia. Estrutura Económica <http://www.icep.pt/portugal/economia.asp> (consultado em 29.05.2007).
- Aicep Portugal Global (2007): Portugal em ficha. Investimento Internacional <http://www.icep.pt/portugal/investimento.asp> (consultado em 24.08.2007).
- Câmara do Comércio Portugal Moçambique (2007); Investimento de risco com nova cobertura http://www.ccpm.pt/rev28_co-sec.htm (consultado em 30.07.2007)
- Banco de Portugal (2007): Evolução IDE <http://bportugal.pt> (consultado em 29.05.2007).
- Ine Portugal.Instituto Nacional de Estatística (2007): Evolução do Comércio Externo <http://ine.pt> (Consultado em 29.05.2007).